



JUSTIÇA
FEDERAL
TRF2

Plano Anual de Auditoria

Exercício 2018

Secretaria de
Controle Interno

Justiça Federal
Conselho da Justiça Federal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



Assinado digitalmente por ALFREDO ALVES BASTOS.
Documento Nº: 2033971.19629800-4432 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201707035A

PLANO ANUAL DE AUDITORIA DE 2018 – PAA 2018
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art.9º, §1º, inciso II da Resolução CNJ nº 171/2013, foi elaborado o presente Plano Anual de Auditoria de 2018 – PAA 2018.

O Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário, neste inserido o Sistema de Controle Interno da Justiça Federal e, por conseguinte, os órgãos de controle interno da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, tem por missão constitucional, definida no art. 70 da Constituição Federal/88, o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades gestoras que a compõem, quanto à análise dos aspectos relacionados à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão administrativa.

Acrescenta, ainda, o art.74, da Constituição Federal/88, que o Sistema de Controle Interno tem a finalidade de:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”

(grifo nosso)

Os órgãos de controle interno, para dar cumprimento a esses dispositivos constitucionais, empregam, basicamente, as seguintes práticas: realização de auditorias, fiscalizações, inspeções, análises preventivas e corretivas de processos administrativos e ações de orientação aos gestores, todas essas sustentadas, ainda, por medidas que proporcionem a capacitação permanente dos servidores que desempenham as funções de auditoria.



O PAA 2018 contempla as auditorias específicas planejadas por cada órgão de controle interno da 2ª Região, as quais terão como foco as respectivas unidades gestoras.

Prevê, ainda, auditorias conjuntas e coordenadas, a serem realizadas sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal - CJF e Conselho Nacional de Justiça - CNJ, respectivamente.

O Plano Anual de Auditoria de 2018 (PAA 2018) está detalhado no **Anexo**, onde consta a descrição das ações, os objetivos das auditorias, as áreas auditadas, o cronograma e o quantitativo de servidores que comporão as equipes de auditoria.

2. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

A definição das ações de auditoria incluídas no PAA 2018, levou em consideração a materialidade dos recursos envolvidos, a relevância da matéria e os riscos inerentes aos pontos de controle, bem como os seguintes aspectos:

- as exigências da legislação aplicável;
- os objetivos do Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região;
- as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal, no que concerne à atuação das unidades de controle interno e à realização de auditorias coordenadas e conjuntas, respectivamente;
- as orientações do Tribunal de Contas da União, no que concerne à Prestação de Contas Anual e sua jurisprudência recente;
- as demandas apresentadas pela administração e auditados em consulta preliminar;
- a experiência adquirida com o acompanhamento dos atos praticados nos processos administrativos;
- os resultados dos trabalhos de Acompanhamento da Gestão, bem como dos últimos trabalhos de Auditoria realizados; e
- o quantitativo dos servidores lotados nos órgãos de controle interno da 2ª Região, bem como a previsão de redução do quadro de pessoal desta Secretaria, em função de aposentadorias previstas até 2021.



3. RESTRIÇÕES AO CUMPRIMENTO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA 2018) E DO PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO (2018-2021):

3.1. CARÊNCIA DE PESSOAL COM CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO

A ausência, nas três unidades de controle interno da 2ª Região, de profissionais com conhecimento em Tecnologia da Informação prejudica a qualidade técnica e o resultado alcançado nas auditorias de TI.

De igual modo, a inexistência de servidores com formação em Engenharia lotados nas seccionais de controle interno (SCO/SJRJ e NCI/SJES) compromete os trabalhos daquelas equipes, nessa área.

Esse cenário tem impacto na qualidade dos trabalhos, haja vista que as análises são desempenhadas por servidores que não detêm a mesma capacidade técnica daqueles que executam as atividades específicas, no âmbito da Administração.

Neste ponto, cabe transcrever a recomendação inserta no subitem 9.40.1, do já citado Acórdão nº 821/2014-TCU-Plenário:

“9.40.1. promova estudos com vistas a estabelecer em normativo específico a obrigação por parte das suas subunidades organizacionais em prestarem apoio técnico à realização de trabalhos de fiscalização pela sua UCI (itens 81-91);”

Registre-se ainda, a determinação dirigida às unidades de controle interno do Poder Judiciário, no supracitado Parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ:

“ I - e) solicite à Administração Superior, no prazo de 60 dias, a realização de levantamento de dados de servidores do tribunal ou conselho que tenham formação multidisciplinar, em especial contabilidade, administração, economia, direito, tecnologia da informação, engenharia civil entre outros e que manifestem interesse em atuar temporariamente na realização de exames de auditoria, considerando indispensável que o servidor seja capacitado nas técnicas de auditoria previstas na Resolução CNJ nº 171/2013.” (grifamos)

Acrescente-se a isso, os cortes realizados nas verbas destinadas à capacitação dos servidores, que por exigências legais e determinações de órgãos de controle são obrigados a realizar auditorias em temas para os quais não foram capacitados.



4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, apresento o **Plano Anual de Auditoria - PAA 2018, sintetizado no Anexo**, para apreciação e aprovação pelo Exmo. Sr. Presidente deste Tribunal e posterior divulgação, no âmbito da Administração deste Tribunal e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e publicação, até o final do corrente exercício, na página da internet das referidas unidades gestoras, nos termos da alínea “c” do item I do Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2017.

Alfredo Alves Bastos
Secretaria de Controle Interno
Diretor



Assinado digitalmente por ALFREDO ALVES BASTOS.
Documento Nº: 2033971.19629800-4432 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MEM201707035A

ANEXO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA DE 2018 - PAA 2018

ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO DA 2ª REGIÃO

1 - Unidade Responsável: Secretaria de Controle Interno do TRF 2ª Região – SCI/TRF2

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
1.1	Auditoria de Conformidade: Contratos de Obras.	Verificar a regularidade da execução contratual da reforma do 15º andar.	Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	março e abril	02 servidores
1.2	Auditoria de Gestão: Elaboração do Relatório de Auditoria, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, peças do Processo de Contas Anual da 2ª Região a ser encaminhado ao TCU para julgamento.	Avaliar a gestão administrativa da Justiça Federal da 2ª Região para elaboração das peças de responsabilidade do Órgão de Controle Interno, que comporão o Processo de Contas do exercício financeiro de 2017, de acordo com os conteúdos exigidos em Decisão Normativa do TCU, na Ata da Reunião da SECEX-RJ-TCU e nas orientações do Sistema e-Contas.	Gestão Administrativa	abril a junho	09 servidores: (02 DIAUF; 02 DIAUP; 01 SEALID; 01 SEAETI; 01 SESAUP; 01 SEASCI; 01 SCI)
1.3	Auditoria de Conformidade: Concessão do Adicional de Qualificação por Graduação e Pós-Graduação	Verificar a regularidade das rotinas que envolvem a concessão do adicional de qualificação por ações de graduação e pós-graduação e avaliar os controles internos existentes na atividade.	Gestão de Pessoas	Junho e Julho	02 servidores
1.4	Auditoria de Conformidade: Processos que envolvam locação de mão-de-obra, especialmente,	Avaliar os controles criados pela Administração, para regulamentação dos respectivos processos de trabalho, em	Gestão de Compras e Contratos	Agosto a Outubro	02 servidores



	daqueles que passaram a incluir fornecimento de material.	virtude das orientações do Acórdão TCU 3030/2015.			
1.5	Auditoria de conformidade: Retenções Fiscais e Previdenciárias e pagamento de despesas referentes às contratações continuadas - processos EOF.	Verificar a regularidade das despesas com contratações continuadas, incluindo os aspectos contábeis e orçamentários.	Gestão Contábil e Orçamentária	Agosto a Outubro	02 servidores
1.6	Auditoria de Conformidade: Concessão de Serviço Extraordinário	Verificar a regularidade das rotinas que envolvem a concessão do serviço extraordinário e avaliar os controles internos existentes na atividade.	Gestão de Pessoas	Setembro e Outubro	02 servidores
1.7	Monitoramento dos Achados e Recomendações do OCI/DIAUF (Auditoria Interna 2014)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Material e Patrimônio	Maior a julho	01 servidor
1.8	Monitoramento dos Achados e Recomendações do OCI/DIAUF (Auditoria Interna 2014)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Compras e Contratos	Maior a julho	01 servidor
1.9	Monitoramento da Auditoria das Informações Contábeis – PCASP 2015	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Contábil e Orçamentária	Maior a julho	01 servidor
1.10	Monitoramento da Auditoria dos Registros Contábeis – 2016	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Contábil e Orçamentária	Maior a julho	01 servidor
1.11	Monitoramento dos Achados e Recomendações do OCI/SEALID (Auditoria Interna 2014)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Compras e Contratos	Novembro	01 servidor



2 - Unidade Responsável: Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – SCO/SJRJ

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
2.1	Auditoria de Conformidade: Adicional de Qualificação por Graduação em Nível Superior e Adicional de Qualificação por Especialização	Verificar a conformidade dos procedimentos de concessão e apuração dos valores devidos referentes ao AQ-Graduação e ao AQ-Especialização.	Gestão de Pessoas	Março a Abril	03 servidores
2.2	Auditoria de Conformidade: Concessionárias de serviços públicos- aspectos contábeis e orçamentários	Verificar a conformidade das despesas com concessionárias de serviços públicos, abordando os aspectos contábeis e orçamentários.	Gestão Contábil e Orçamentária	Março a Maio	03 servidores
2.3	Auditoria de Conformidade: Planejamento das contratações com alocação de mão de obra.	Verificar a conformidade dos orçamentos nos contratos de mão de obra.	Gestão de Compras e Contratos	Abril a Junho	03 servidores
2.4	Auditoria de Conformidade: Auxílio-Transporte	Verificar a conformidade dos procedimentos de concessão e apuração dos valores devidos referentes ao Auxílio-Transporte.	Gestão de Pessoas	Agosto a Setembro	03 servidores
2.5	Auditoria Operacional: Desfazimento de bens	Avaliar os procedimentos relacionados ao desfazimento de bens materiais.	Gestão de Patrimônio	Setembro a Outubro	03 servidores
2.6	Monitoramento da Auditoria de Orçamentos de obras e serviços de engenharia.	Verificar o atendimento dos achados e recomendações da OCI.	Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	Outubro a Novembro	03 servidores



3 - Unidade Responsável: Núcleo de Controle Interno da Seção Judiciária do Espírito Santo – NCI/SJES

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
3.1	Auditoria Operacional: Contratação de Serviços Terceirizados	Avaliar os instrumentos de controle estabelecidos no processo de contratações de serviços terceirizados com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios.	Gestão de Compras e Contratos	Março a Maio	02 servidores
3.2	Auditoria de Conformidade: Adicional de Qualificação por Graduação em Nível Superior e Adicional de Qualificação por Especialização	Verificar a conformidade dos procedimentos de concessão e apuração dos valores devidos referentes ao AQ-Graduação e ao AQ-Especialização	Gestão de Pessoas	Julho e Agosto	01 servidor
3.3	Monitoramento da Auditoria de Avaliação de Controles Internos Administrativos.	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Administrativa	Julho e Agosto	03 servidores
3.4	Monitoramento da Auditoria de Despesas com Informática, incluindo aspectos orçamentários.	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão Contábil e Orçamentária	Setembro a outubro	01 servidor

4 - Unidades Responsáveis: SCI/TRF2, SCO/SJRJ e NCI/SJES - Auditorias Integradas

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
4.1	Monitoramento da Auditoria de Repactuação, Reajuste, Revisão e Retenções Trabalhistas nos contratos de prestação de serviços, com e sem alocação de mão de obra. (Auditoria Integrada de 2016)	Verificar o cumprimento dos achados de auditoria e recomendações do OCI.	Gestão de Compras e Contratos	Novembro	TRF: 01 servidor SJRJ: 01 servidor SJES: 02 servidores



5 - Unidade Responsável: SCI/TRF2 - Ações Conjuntas e Coordenadas de Auditorias – CJF e CNJ

Nº DA AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	OBJETIVOS	ÁREA AUDITADA	CRONOGRAMA (meses)	EQUIPE DE AUDITORIA
5.1	Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação, a ser definida pela SCI/CNJ.	Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança, gestão, risco e controles de TI e TIC.	Gestão da Tecnologia da Informação	Mai e Junho	A definir
5.2	Ação Conjunta: Tema a ser definido pelo CTCI/CJF.	A ser definido pelo CTCI/CJF.	Gestão de Pessoas	Agosto e Setembro	A definir
5.3	Monitoramento da Auditoria Especial do CJF realizada no Pagamento de Passivos Administrativos Relativos a Despesas com Pessoal	Verificar o atendimento das recomendações do OCI.	Gestão de Pessoas	Janeiro a Abril	TRF: 04 servidores SJES: 02 servidores SJRJ: 03 servidores
5.4	Monitoramento da Inspeção Administrativa do CJF realizada no período de 11 à 15 de abril/2016	Verificar o atendimento das recomendações do OCI/CJF.	Gestão de Pessoas	Julho e Agosto	02 servidores
5.5	Monitoramento da Inspeção Administrativa do CJF realizada no período de 11 à 15 de abril/2016	Verificar o atendimento dos Achados n.ºs 12, 13, 14 e 16.	Gestão da Tecnologia da Informação	agosto a outubro	02 servidores
5.6	Monitoramento da Inspeção Administrativa do CJF realizada no período de 11 à 15 de abril/2016	Verificar o atendimento dos Achados n.ºs 22, 23, 24 e 25.	Gestão de Obras e Serviços de Engenharia	agosto a outubro	02 servidores
5.7	Monitoramento da Ação Conjunta do CJF 2015 – Sustentabilidade.	Verificar o atendimento das recomendações do OCI e do CJF.	Gestão de Compras e Contratos	Novembro	02 servidores

